



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**TÁRCILA BEZERRA VASCONCELOS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO EMPREENDEDORISMO  
SOCIAL NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS**

**CAMPINA GRANDE**

**2019**



**TÁRCILA BEZERRA VASCONCELOS**

# **UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof(a). Adriana Fumi Chim Miki, Dra.

**CAMPINA GRANDE  
2019**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca da UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande – PB, Brasil)

Vasconcelos, Tércila Bezerra Uma Análise Comparativa Do Empreendedorismo Social Nas Macrorregiões Brasileiras / Tércila Bezerra Vasconcelos -

Campina Grande, PB, 2019. 28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – UFCG  
Campina Grande, PB, 2019.  
Orientador. Prof(a). Adriana Fumi Chim Miki, Dra

1. Empreendedorismo social. 2. Empreendimentos econômicos solidários. 3. Valor social.

FOLHA DE APROVAÇÃO  
**TÁRCILA BEZERRA VASCONCELOS**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NAS  
MACRORREGIÕES BRASILEIRAS**

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador(a): Prof(a). Prof(a). Adriana Fumi Chim Miki, Dra.**

---

**Prof(a). Petruska de Araújo Machado, Dra. (UFCG)**

---

**Prof(a). Suzanne Érica Nobrega Correia, Dra.  
(UFCG)**

**CAMPINA GRANDE**

**2019**

## UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

Tárcila Bezerra Vasconcelos<sup>1</sup>

Adriana Fumi Chim Miki<sup>2</sup>

### RESUMO

O empreendedorismo social (ES) emergiu criando modelos de negócio que buscam o desenvolvimento social através de soluções eficientes que podem culminar em processos de transformação social. Isto posto, esta pesquisa objetivou realizar uma análise comparativa das dimensões do empreendedorismo social nas diferentes regiões brasileiras verificando suas variações no país. As categorias de análise utilizadas foram: oportunidades, inovação, autogestão, valor econômico, valor social, e desenvolvimento sustentável. O universo do estudo foi composto por 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES) que participaram da pesquisa em 2013 e 21.859 EES participantes no ano de 2007. A pesquisa utilizou dados secundários, de natureza aplicada com abordagem quantitativa e análise de dados através de estatística descritiva. Entre os principais resultados encontrados verificou-se que as dimensões Valor Social e Inovação são as que possuem maiores médias percentuais, porém, ambas tiveram uma redução percentual no período analisado, juntamente com Desenvolvimento social e Valor econômico. Somente as dimensões Oportunidade e Autogestão demonstraram evolução positiva. Os achados indicam que nos EES brasileiros prevalece a perspectiva do valor social norteadora para o valor econômico e possuem características inerentes a Escola de empreendedorismo social dos países em desenvolvimento, portanto, motivados pelo desenvolvimento comunitários, oportunidades e alternativa ao desemprego, e, desta forma, não se concretiza o equilíbrio proposto pelo *triple bottom line*. Além disso, no geral, o cenário indica que os EES não estão se consolidando frente as dimensões analisadas.

**Palavras-chaves:** Empreendedorismo social. Empreendimentos econômicos solidários. Valor social.

## A COMPARATIVE ANALYSIS OF SOCIAL ENTREPRENEURSHIP IN THE BRAZILIAN MACRO REGIONS

### ABSTRACT

Social entrepreneurship (SE) emerged by creating business models towards social development through efficient solutions that can culminate in processes of social transformation. Face that, this research aimed to perform a comparative analysis of the dimensions of social entrepreneurship in the Brazilian regions to verify their variations along with the country. The categories of analysis used were opportunities, innovation, self-management, economic value, social value, and sustainable development. The data were secondary based on information of

---

<sup>1</sup> Bacharelada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande - E-mail: [tarcilabvasconcelos@gmail.com](mailto:tarcilabvasconcelos@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Turismo, Economia e Gestão pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. Professora Adjunta na UFCG. Líder do grupo de pesquisas Coopetition Network Lab - E-mail: [adriana.chimmiki@gmail.com](mailto:adriana.chimmiki@gmail.com)

19,708 solidarity economic enterprises (SEE) collected in 2013 and 21,859 SEE in 2007. The research was applied with a quantitative approach. Data analysis was through descriptive statistics. Among the main results, it was verified that the Social Value and Innovation dimensions presented the highest levels among the categories of study, however, both had a percentage reduction in the analyzed period, along with Social Development and Economic Value. Only the Opportunity and Self-management dimensions showed a positive evolution. The findings indicated that in the Brazilian SEE, the perspective of the social value oriented towards economic value prevails. Also, the Brazilian SEE have characteristics inherent to the School of social entrepreneurship of the developing countries, i.e., they are motivated by the community development, opportunities and alternative to the unemployment, therefore, the balance proposed by the triple bottom line is not achieved. Besides, an overview, based on the analyzed dimensions, indicated that the Brazilian SEE are not consolidating.

**Keywords:** Social entrepreneurship. Solidarity economic enterprises. Social value.

## 1 Introdução

O empreendedorismo tem recebido notória atenção nas economias do mundo inteiro, como pode ser observado pelo crescimento de estudos neste tópico em diferentes áreas do conhecimento e o surgimento de periódicos específicos sobre a temática (Chandra, 2018; Ferreira, Pinto & Miranda, 2015). No Brasil, de acordo com os dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), mais de um terço da população conduz alguma atividade empreendedora. Diversos motivos sustentam este contexto e influenciam as pessoas a dar início a um negócio, sendo que os mais comuns estão relacionados a percepção de oportunidades ou a ausência de alternativas para a geração de ocupação e renda (GEM, 2017).

Schumpeter (1943) relatou a importância desse tipo de atividade para sociedade e afirmou que o empreendedor assumiu a função de impulsionar a transformação na sociedade, através da introdução de novos produtos, padrões produtivos ou processos, sendo visto como agente revolucionário. Em resumo, o empreendedor transforma a sociedade a partir da identificação das necessidades da mesma, criando soluções através de negócios.

Seguindo uma visão schumpeteriana, o empreendedor pode contribuir com a sociedade, na medida que a mesma sofre com várias necessidades sociais que não têm sido plenamente atendidas pelo poder público ou empresas tradicionais (Singh, & Inbanathan, 2018). Frente a isto, um novo estilo de empreendedorismo emergiu, fornecendo soluções para os problemas sociais locais de forma dinâmica, podendo utilizar a inovação como alicerce organizacional (Kostetska & Berezyak, 2014). Tais organizações não são mais motivadas exclusivamente pelo lucro, porém sua eclosão é fundamentada pela busca de soluções sociais, criando uma categoria diferenciada de empreendedores, chamados de empreendedorismo social (ES).

Por uma perspectiva teórica, Kostetska e Berezyak (2014) definem empreendedorismo social como a atividade empresarial que tem como propósito resolver ou reduzir os problemas dos mais desfavorecidos, combinando a missão social e a abordagem comercial. Por outro lado, por uma perspectiva prática de mercado, Ashoka (2018), conceitua os empreendedores sociais como indivíduos fornecedores de ideias que causam mudanças em nível sistêmico por gerarem soluções inovadoras para os desafios sociais, culturais e ambientais da atualidade. A Ashoka é uma instituição que tem como objetivo potencializar as transformações sociais por meio do reconhecimento e do apoio a empreendedoras e empreendedores sociais inovadores. Dessa forma, o ES, tanto por uma visão prática como teórica, tem sido apontado como a oferta de solução para melhorar situações sociais desafiadoras.

Esse novo setor possui capacidade de expansão, uma vez que, são diversos os obstáculos que os países enfrentam atualmente. Dentre essas barreiras, o *World Economic Forum (WEF)*, no relatório de 2015/2016 sobre perspectivas da Agenda Global, apontou a desigualdade social e o crescimento do número de desempregados como um dos principais desafios do nosso tempo (Herrington & Kew, 2016). Isto se alinha com o uso do empreendedorismo como auto emprego, e a alta taxa de empreendedorismo por necessidade vista nos países em desenvolvimento. Porém, também pode representar um impulso ao empreendedorismo social (Molina *et al.*, 2018).

Devido a relevância que o empreendedorismo social tem assumido na solução de problemas da sociedade, torna-se uma questão chave analisar as dimensões capazes de sinalizar a evolução desta modalidade de empreendimento. Isto posto, esta pesquisa, tem como objetivo analisar as dimensões relacionadas ao empreendedorismo social nas diferentes regiões brasileiras verificando suas variações frente aos diferentes contextos econômico-sociais do país. As categorias de análise seguem a proposta de Sousa, Gandolfi e Gandolfi (2011), que são: oportunidades, inovação, autogestão, valor econômico, valor social, e desenvolvimento sustentável.

O estudo utiliza dados secundários extraídos do Banco de Dados sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) elaborado pela SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos anos de 2007 e 2013. O recorte temporal é devido a disponibilidade de informações e monitoramento estatístico dos EES Brasileiros. A abordagem deste trabalho foi quantitativa utilizando estatística descritiva, portanto, um estudo descritivo.

A pesquisa se justifica, por um lado, pela necessidade de conhecer com mais detalhamento os níveis de empreendedorismo social no Brasil, e por outro lado, para contribuir com a literatura no campo. Assim, na sequência, este trabalho se organiza em uma seção de

fundamentos teóricos que aborda o empreendedorismo social enquanto conceito e suas dimensões, incluindo a apresentação das categorias de análise adotadas nesta pesquisa. Na continuação, uma seção apresenta o desenho metodológico do trabalho, seguida da apresentação e discussão dos resultados, para finalmente, encerrar com as conclusões, limitações do estudo e indicações de pesquisas futuras.

## 2 Empreendedorismo

Diversas as áreas da ciência se detêm ao estudo do empreendedorismo e, por conta disso, é perceptível a pluralidade conceitual e de objetos de pesquisa nos estudos deste tópico (Ferreira, Pinto & Miranda, 2015). Porém, como muitas áreas do conhecimento, o empreendedorismo está intrinsecamente imerso nas transformações históricas e sociais, principalmente no que se refere à forma de produzir e as relações de trabalho.

Dentre essas transformações, após o Modelo de Bem-Estar Keynesiano, identificado por conter uma forte intervenção estatal, sobreveio o Estado mínimo, que impulsionou a competição entre os agentes econômicos produzindo avanços tecnológicos como caminho para obter a vantagem competitiva. Essa evolução tecnológica que, por um lado, possibilitou a automatização da produção e a otimização dos processos. Por outro lado, contribuiu com o aumento de desempregados abalando o ideal de pleno emprego estabelecido pelo pacto social dos países industrializados e produzindo um discurso que torna o indivíduo responsável pela sua condição de empregabilidade (Tavares & Rodrigues, 2015).

Este cenário convergiu na eclosão desse fenômeno denominado empreendedorismo e várias foram as tentativas de conceituá-lo. À priori, a acepção da palavra empreendedorismo era relacionada estritamente à criação de um empreendimento, e esta é a versão conceitual adotada pelos organismos que fazem monitoramento mundial, como por exemplo, o *Global Entrepreneurship Monitor*. Todavia, outras vertentes baseadas nas teorias de Schumpeter (1943) e seu conceito de “destruição criadora” relacionam o empreendedorismo ao um conjunto de indivíduos que descobrem, avaliam e exploram oportunidades inovadoras (Shane & Venkataraman, 2000). Esta vertente teórica relaciona o empreendedorismo à um perfil comportamental.

Davidsson (2015) relatou alguns *gaps* na construção da teoria do empreendedorismo e sugeriu três construtos envolvidos na trajetória do empreendedor, são eles: *External Enabler (EE)*, *New Venture Idea (NVI)* e *Opportunity Confidence (OC)*. O primeiro construto possui implicações em nível agregado e refere-se a aspectos particulares da mudança ambiental. Tais



circunstâncias externas são únicas e distintas sendo um fator de desencadeamento das alterações na oferta, demanda, custos, preços, ou formas de pagamento, sendo exploradas e obtendo sucesso por alguns autores. Portanto, o que é um facilitador de um empreendimento pode ser o desfazer de outro, assim, segundo o autor, *EE* é seletiva, subjetiva, interdependente e incerta. Pode-se observar uma relação direta com as ideias schumpeterianas, do empreendedor como um destruidor criativo.

O segundo construto de Davidsson (2015), *New Venture Idea (NVI)*, trata das combinações imaginárias de ofertas de produtos/serviços; mercados potenciais ou usuários; e meios de trazer essas ofertas à existência, todavia, não necessariamente a inovação precisa estar envolvida (Davidsson, 2015). Além do mais, tais *NVI* com as mesmas características podem ser concebidas por diferentes indivíduos e um indivíduo pode conceber e atuar sobre uma variedade de *NVI* com sucesso variável. Neste caso, observa-se uma aproximação com a conceituação de empreendedorismo utilizada pelo *Global Entrepreneurship Monitor*.

Por fim, *Opportunity Confidence (OC)* é o terceiro construto de Davidsson (2015). Refere-se exclusivamente a uma avaliação, seja ela positiva ou negativa, de um estímulo que pode ser relevante para a criação de nova atividade econômico imersa em teoria prospectiva de autores que baseiam suas tomadas de decisões conforme sua análise de oportunidade. Esta terceira aportação do autor mantém relação tanto com as ideias schumpeterianas do empreendedor como agente transformador, quanto com as vertentes que consideram todo novo negócio como empreendedorismo, mesmo que não ofereça uma inovação.

Todavia, à luz dos construtos elaborados por Davidsson (2015), pode-se perceber que o modelo de negócio, portanto, o *output* do processo, pode adicionar ou até mesmo criar problemas que prejudicam as sociedades. O problema está no construto *NVI*, onde os empreendedores simplesmente não idealizam suas atividades empresariais pensando em assumir a responsabilidade de agregar valor social. Nessa linha de pensamento, Zahra e Wright (2015) afirmaram que é preciso encontrar um equilíbrio efetivo em ganhar riqueza econômica ou financeira e melhorar a qualidade de vida da sociedade, o que ele denominou de “riqueza social”. Com isso, uma vez que, o empreendedorismo afeta a humanidade como um todo, o trabalho de empresários abordando questões extremamente emergentes na sociedade como, escassez de água, poluição ambiental, etc., são essenciais (Zahra & Wright, 2015). É nesse cenário que o Empreendedorismo Social surgiu e vem ganhando espaço nas economias mundiais.

## 2.1 Empreendedorismo Social (ES)

De acordo com Sassmannshausen e Volkmann (2013), não se sabe ao certo quando o termo “empreendedorismo social” foi utilizado a primeira vez, todavia, provavelmente as primeiras ideias desse tipo de empreendedorismo tiveram sua origem em 1954 com o trabalho de William N. Parker, que constatou uma forma distinta de empreendedorismo, vinculado à inquietação do indivíduo, à fluidez da estrutura social, dentre outros fatores. Porém, somente entre a década de 1980 a 1990 o conceito foi amplamente difundido pelo empresário e fundador do Ashoka, Bill Drayton (Casaqui & Sinato, 2015).

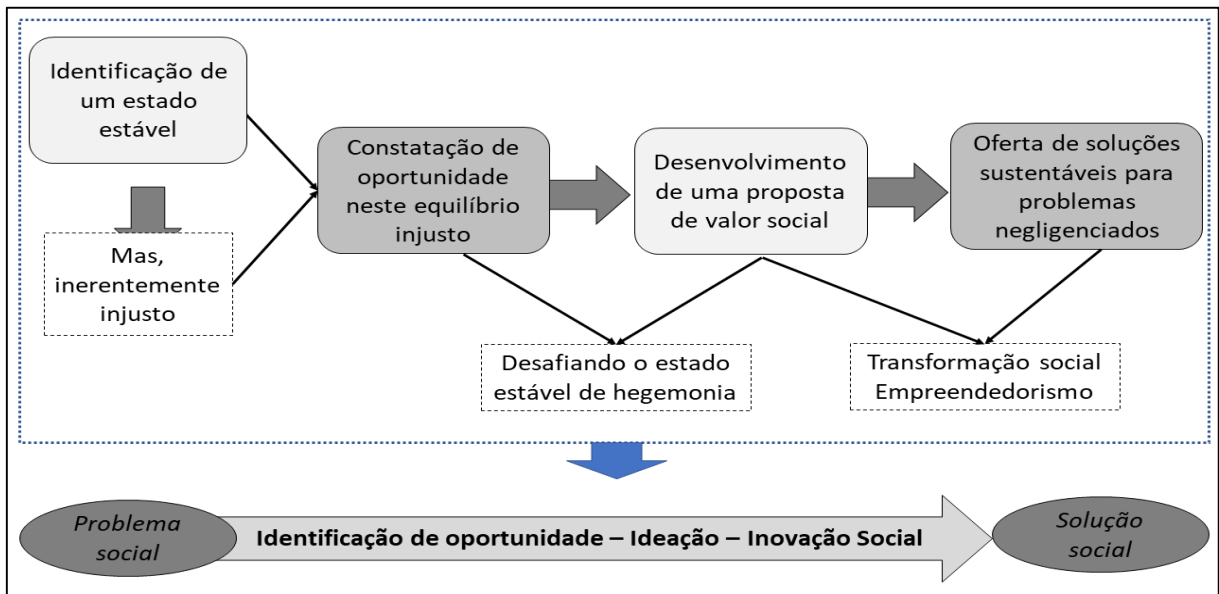
Posteriormente, partir do estudo desse fenômeno, surgiram linhas de pensamentos distintas, gerando três escolas de empreendedorismo social, a saber: a Abordagem Norte-Americana, a Europeia e a dos Países em desenvolvimento (Machado, Lenzi & Verdu, 2017). Nos Estados Unidos, em virtude do caráter omissivo do papel do Estado surgiu o setor de organizações sem fins lucrativos. A abordagem norte-americana diz respeito a missão social que norteiam as decisões organizacionais e envolve a inovação social. Por outro lado, a Escola Europeia nasceu em oposição à economia de mercado por meio do surgimento de movimentos associativos como partidos operários, sindicatos, etc. (Parente, 2014). Por fim, a escola dos Países em desenvolvimento, a ideia de ES surge para atender um grande déficit social, focado na geração de emprego e renda (Machado *et al.*, 2017).

Ademais, além das diferentes perspectivas teóricas, existe uma distinção entre a opinião dos autores no que se refere à relação entre empreendimentos sociais e o lucro, gerando alguns impasses para o alcance do consenso conceitual sobre o tema. Em primeiro lugar, alguns autores explicam que existe um *trade-off* entre criação de valor e captura de valor. A noção de criação de valor retrata o impacto positivo na sociedade, entretanto, a noção tradicional de lucro é uma estimativa do valor capturado por uma organização (Santos, 2012).

O fator diferenciador entre os empreendedores sociais dos empreendedores de negócio é o alicerce fundamentado na missão social. Disto deriva que o lucro não pode ser o indicador da criação de valor, uma vez que a melhoria social é sua missão, somente o impacto social pode ser seu medidor (Dees, 1998). Em contrapartida, existem aqueles que acreditam que o ES pode mesclar a resolução de problemas/oportunidades sociais e o ganho econômico, gerando empreendimentos híbridos, uma vez que, o que diferencia essas atividades das organizações comerciais e das sem-fins lucrativos é a primazia do social sobre a elaboração das estratégias organizacionais, mas com missão e metas financeiras (Zahra & Wright, 2015).

Muitos casos de empreendimentos sociais iniciam com pequenas iniciativas visando problemas que têm uma expressão local, mas de relevância global, e isto que caracteriza o processo do ES (Santos, 2012; Martin & Osberg, 2007), que pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1.** Processo do Empreendedorismo Social



**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir de Santos (2012) e Martin e Osberg (2007)

As definições conceituais relacionadas ao tema, e o próprio processo (Figura 1) mostram a existência de algumas características inerentes ao ES, tais particularidades podem ser utilizadas como forma de analisar os empreendimentos existentes, neste sentido Sousa *et al.* (2011) propõem que o ES possui seis categorias de análise: oportunidades, inovação, autogestão, valor econômico, valor social e desenvolvimento sustentável.

- *Oportunidade:* Existem vários motivos para a abertura de um negócio, sendo a oportunidade um elemento chave para qualquer tipo de empreendedorismo (González, 2013; González, Husted & Aigne, 2017). Porém, no ES a oportunidade se traduz na existência de um problema social, visto que, a identificação de oportunidade nos empreendimentos sociais está intimamente relacionada ao ajuste do equilíbrio social através de soluções inovadoras e da geração de valor social (Singh & Inbanathan, 2018), sendo este, o alicerce básico que sustenta os conceitos sobre ES. González *et al.* (2017) caracterizam dois fatores responsáveis por interligar o empreendedor à oportunidade, denominados descoberta e criação de oportunidades. O processo de descoberta relaciona-se com o senso de agilidade empresarial que proporciona um ‘alerta empreendedor’, que advém da busca de informação sobre soluções empresariais

preexistentes, percepção acurada sobre o meio ambiente e redes sociais extensas de empreendedores de laços fracos. Enquanto a criação de oportunidades tem por via processo de tentativa e erro convergindo na alta radicalização da inovação, combinando recursos disponíveis e abrindo novos mercados (González *et al.*, 2017). Com isso, a criação é compreendida como processo de transformação profunda com consequências sistêmicas através de modelos de negócios inéditos que surgem através de *insight* do empreendedor.

- *Inovação*: Categoria associada ao empreendedorismo desde 1912 pelos estudos de Schumpeter (Olinsson, 2017). No ES a dificuldade de balancear o impacto social e o ganho financeiro torna ainda mais difícil a sobrevivência dos empreendimentos, com isso, os empreendedores sociais buscam na inovação uma solução para atingir seus objetivos, surgindo, portanto, a inovação social. Esse tipo de inovação, tem como objetivo a geração e implementação de novas ideias de produtos ou serviços abordando problemas sociais existentes (Dwivedia & Weerawardena, 2018; Bergamini, Navarro & Hilliard, 2017). Além do mais, destinam-se ao desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos mediante ações que “*envolvam as relações de produção e consumo de políticas de inclusão social, democráticas e participativas*” (Oliveira, Correia & Gomez, 2018, p. 385). Isto posto, a inovação social desenvolve soluções pragmáticas e participativas para o desenvolvimento ambiental e social concentrando-se em transformações estruturais que provocam mudanças nos laços sociais em benefício do bem-estar da comunidade e da satisfação de suas necessidades (Oliveira *et al.*, 2018; Correia, Oliveira & Gomez, 2016).
- *Autogestão*: A autogestão pode ser considerada como a menos citada nos estudos sobre ES e mais relacionada com a Economia Solidária. Entretanto, essa nova forma de empreender pode trazer consigo uma ruptura do modelo tradicional de trabalho devido a sua natureza coletiva em que reflete em uma nova dinâmica socioeconômica (Coley, 2015). A autogestão pode ser entendida como sistema alternativo fundamentado nas relações sociais coletivista de produção, e busca desconstruir a noção de economia atrelada à exploração e dominação (Faria, 2017, Lima, Maia & De Menezes, 2015).
- *Valor Econômico*: Em se tratando do valor econômico, existem duas perspectivas. A perspectiva norteada para missão social sem fins lucrativos e a orientada para missão social com fins lucrativos, buscando o equilíbrio proposto pelo *triple bottom line*

(Arasti; Zarei & Didehvar, 2015). Essa abordagem dá igual peso às dimensões econômica, ambiental e social para o desenvolvimento sustentável das organizações (Hussain, Rigoni & Oriji, 2016). Na presente pesquisa, utiliza-se a concepção de valor econômico ligado a resultados financeiros positivos. Destarte, os indicadores para medir essa categoria estão relacionados a remuneração dos associados, capacidade de manter as operações e um padrão satisfatório de investimento na capacidade produtiva (Sousa, Gandolfi, & Gandolfi, 2011).

- *Valor Social:* A categoria valor social está intimamente associada ao seu conceito fundamental. Dado que, os empreendimentos sociais são criados para desenvolver mudanças sociais “(...) *através de projetos ou ações que têm como objetivo principal a geração de valor social para um grupo de pessoas, uma comunidade ou um território, mobilizando diferentes e diversos atores e recursos.*” (Coley, 2015, p. 75). Embora não exista uma definição consistente ou uma compreensão universal para medir a criação de valor social, Weaver (2018) sugere que o valor social deve ser conceituado tendo como alicerce a abordagem de capacidade. A capacidade é entendida pelo autor como uma abordagem teórica que considera o desenvolvimento humano visando as realizações pessoais, seus valores e desejos, e a oportunidade que tais pessoas possuem em alcançar o que elas valorizam e desejam. Além do mais, a criação de valor social envolve resolver e satisfazer as necessidades básicas da sociedade, como por exemplo: alimentação, abrigo, educação, saúde básica e etc. (Muralidharan & Pathak, 2018). Com isso, ações que visam o desenvolvimento de ações sociais e outras atividades que visem o desenvolvimento humano, podem ser utilizadas como indicadores para essa categoria.
- *Desenvolvimento Sustentável:* Por fim, o desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como uma oportunidade para um modelo de negócio sustentável que retarda a degradação e melhora gradualmente os ecossistemas (Youssefc, Boubakerb, & Omria, 2017). A sustentabilidade preocupa-se com o bem-estar dos indivíduos na sociedade e com o meio ambiente, sendo o ES um contribuinte na criação de insumos para o desenvolvimento sustentável (Muralidharan & Pathak, 2018). Desse modo, cuidados com a destinação dos resíduos, a preservação ecológica e preservação das condições de vida da população são indicadores para analisar essa categoria.

Ademais, uma das vertentes do ES é a Economia Solidária. Essa nova configuração econômica surgiu em Paris no ano de 1830 com a publicação da obra “*Nouveau traité d'économie sociale*” de Charles Dunoyer (Machín, Alemán, & Rodríguez, 2017). Entre suas características, Benavides *et al.* (2018) retrata que a Economia Solidária não distingue classes sociais, autoridade ou apropriação individual, sendo sua produção compartilhada em solidariedade e igualdade entre os membros da comunidade.

Em relação ao seu conceito, não existe uma definição única e consensual, todavia, os autores concordam que o surgimento destes tipos de organizações é derivado da necessidade de novas práticas econômicas que constituem alternativas à organização econômica dominante (Sanguier & Brent, 2017). Dado que, a Economia Solidária pode ser definida por muitos autores como um setor intermediário entre o público e o privado, sendo identificada com duplo objetivo: econômico e social (Machín *et al.*, 2017), assim como os demais tipos de empreendimentos sociais.

Com isso, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) buscam atender o interesse social através de atividades econômicas baseados nas concepções de democracia, igualdade, solidariedade, cooperação e respeito ao ser humano e ao meio ambiente (García & Frantzeskaki, 2017). Possuindo alguns princípios, tal como: a busca pelo bem comum, a prioridade dos interesses coletivos sobre interesses individuais, comércio justo, consumo ético e responsável, autogestão, responsabilidade social e ambiental, distribuição equitativa e solidária dos excedentes, etc. (Benavides *et al.*, 2018).

Além do mais, os EES atuam em diferentes formas e em todas as esferas da vida socioeconômica, tais como: serviços, produção, comércio, poupança e crédito, etc., relacionando-se, na maioria dos países, como um fator de subsistência ou como modelo de desenvolvimento alternativo (Machín *et al.*, 2017).

### **3 Metodologia**

Esta pesquisa é de natureza aplicada e se caracteriza como descritiva, dado que visa descrever as características da população em análise e o estabelecimento das relações entre variáveis e dimensões (Prodanov & Freitas, 2013). Em relação a sua abordagem, a pesquisa é considerada quantitativa, utilizando como técnica a análise estatística descritiva.

A unidade de análise foram os proprietários dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS), porém os dados são secundários, visto que o estudo será realizado utilizando dados extraídos do banco de dados elaborado pela SENAES do Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE). Os dados foram disponibilizados no formato de CD-ROM através de acordo firmado entre a UFCG/UAAC (Universidade Federal de Campina Grande/Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade) e o Ministério da Cidadania através de cadastramento no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Além do mais, a ferramenta utilizada para processar os dados foi o Excel Office.

A SENAES é uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários. O Mapeamento da Economia Solidária no Brasil teve início em 2003 e resultou em um banco de dados denominado SIES. A SIES tem como objetivo caracterizar e fortalecer a economia solidária com intuito de obter reconhecimento e apoio público.

Conforme o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), projeto que está sendo implantado em parceria pelo MTb/SENAES e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a economia solidária é caracterizada como uma nova forma de produzir, vender, comprar e trocar onde os próprios trabalhadores são donos e por conta disso, tomam decisões e dividem os resultados operacionais (DIEESE, 2016). São exemplos de EES: associações, cooperativas de agricultura familiar, bancos comunitários, cooperativas de coleta e reciclagem, etc., sendo caracterizada por conter alguns princípios, tais como: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade.

O universo do estudo foi composto por 19.708 EES que participaram da pesquisa em 2013 e 21.859 EES participantes no ano de 2007. A Tabela 1 mostra a distribuição de EES analisados por ano e por região brasileira.

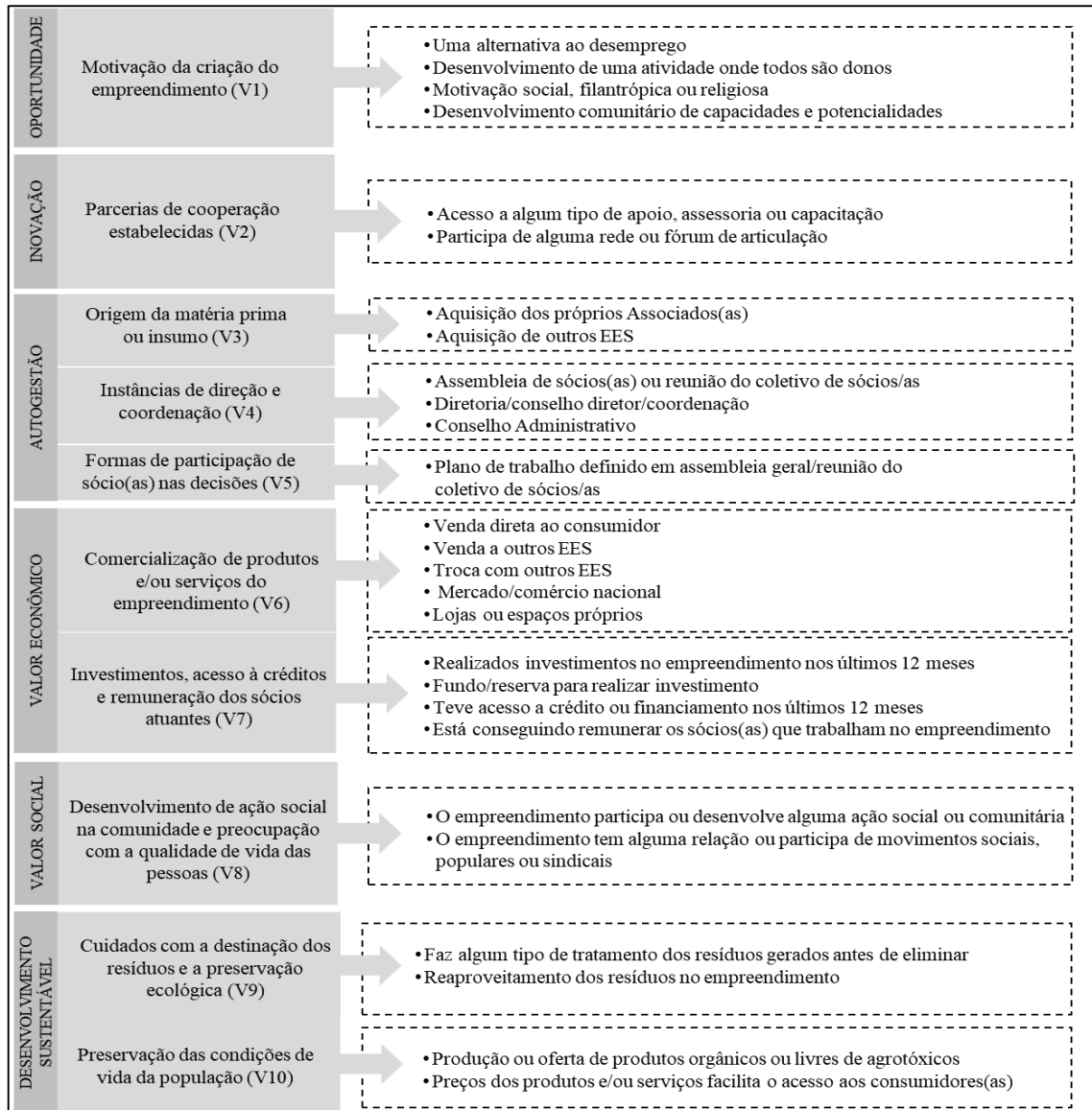
**Tabela 1.** Quantidade de EES por região brasileira em 2007 e 2013

Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
2.210	2.021	9.498	8.040	2.656	3.127	3.912	3.228	3.583	3.292

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

Um total de 10 variáveis e 27 indicadores foram levantados para responder as seis categorias de análise de Sousa *et al.* (2011), e podem ser verificados na Figura 2.

**Figura 2.** Variáveis e indicadores do Empreendedorismo Social



**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir de Sousa, Gandolfi e Gandolfi (2011)

A partir desta proposta metodológica baseada nas categorias de oportunidades, inovação, autogestão, valor econômico, valor social, e desenvolvimento sustentável foram analisadas os EES por região brasileira, verificando as diferenças entre o ano de 2007 e 2013.

#### 4 Análise dos resultados

A dimensão Oportunidade foi verificada por meio de quatro indicadores (Quadro 1). O primeiro indicador mostra que a criação dos EES como alternativa ao desemprego cresceu em quase todas as regiões brasileiras, com exceção da Região Norte e mostrando-se mais elevado



na Região Sudeste, o que se associaria ao empreendedorismo por necessidade e ao autoemprego. No entanto, a taxa de desocupação média anual brasileira teve uma queda entre os anos de 2007 a 2013 de 9,3% para 5,4%, respectivamente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2016). Tal resultado constata que os EES começaram a serem vistos como uma alternativa ao desemprego mesmo com as taxas de desocupação diminuindo. Portanto, em se tratando de EES, o autoemprego se associa a oportunidade social, e pode estar levando a um empreendedorismo por oportunidade.

Em sequência, o resultado do segundo indicador demonstra uma análise semelhante com a do primeiro, dado que, houve um pequeno aumento percentual em todas as regiões com exceção da Região Norte, que regrediu de 2007 a 2013. Entretanto, a motivação social, filantrópica ou religiosa vem crescendo em todas as regiões brasileiras com destaque para a Região Norte, na qual obteve uma variação de quase 15% entre 2007 e 2013. Por fim, o último indicador da dimensão, desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades, também obteve um aumento percentual em todas as regiões brasileiras, todavia, com destaque para a Região Centro-oeste e Nordeste com aumento de 19% e 17,8%, respectivamente.

**Quadro 1.** Dimensão Oportunidade

DIMENSÃO OPORTUNIDADE											
Var.	Indicadores	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
V1	Uma alternativa ao desemprego	28,3%	31,0%	6,6%	7,8%	23,6%	20,0%	16,0%	19,4%	17,5%	19,0%
		957	892	4377	3422	1174	1757	2159	1896	1278	1139
	Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	10,0%	10,9%	2,3%	2,7%	8,3%	7,0%	5,6%	6,8%	6,1%	6,7%
		675	875	2504	3123	905	1416	1115	1340	891	1270
	Motivação social, filantrópica ou religiosa	6,3%	15,7%	6,1%	19,4%	5,6%	20,2%	10,6%	23,6%	8,3%	16,1%
		139	317	579	1560	148	633	414	762	297	529
	Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	8,7%	27,7%	16,2%	34,1%	10,0%	24,7%	15,5%	26,3%	10,5%	22,1%
		192	560	1541	2739	265	771	607	848	375	728

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

A dimensão Inovação foi verificada através de dois indicadores (Quadro 2). De forma geral, os indicadores relacionados a inovação entre os anos de 2007 e 2013 diminuíram percentualmente em quase todas as regiões. O acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação teve um declínio médio de aproximadamente -10% com diminuição mais acentuada na Região Sul (variação igual a -14,8%). Além do mais, no segundo indicador desta dimensão

de análise, que trata da participação do empreendedor em redes ou fóruns de articulação, também foi perceptível uma redução geral, no entanto, bem menor do que a do primeiro. A Região Norte foi a única que obteve uma evolução positiva na dimensão Inovação. De acordo com os resultados apurados, observa-se que tal região se manteve estável percentualmente com aumento de 18,43% em seu valor absoluto. Considerando que o ES está diretamente relacionado a inovação social, a falta de apoio a capacitação e a participação em fóruns ou redes compromete o avanço inovador, a formação de ideias e o preparo para identificar oportunidades.

Entretanto, cabe salientar que apesar da queda no período analisado, ainda é significativo o percentual de empreendedores que alega ter tido acesso a apoios, assessorias ou capacitação, porquanto a pior taxa foi no Norte do país (52%). Porém, ainda assim, mais da metade dos empreendedores tiveram acesso. Enquanto no item participação em redes/fóruns, os números são medianos em praticamente todo o país. Isto indica empresários sociais com perfil individualista, o que contraria o senso de coletividade que se espera deste tipo de visão empreendedora, conforme defende os autores da área (Faria, 2017).

**Quadro 2.** Dimensão Inovação

DIMENSÃO INOVAÇÃO											
Var.	Indicadores	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
V2	Acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação	66,3%	53,6%	71,8%	63,7%	66,1%	52,0%	75,7%	74,3%	80,4%	65,6%
		1465	1083	6824	5125	1755	1625	2962	2400	2880	2158
	Participa de alguma rede ou fórum de articulação	38,3%	27,7%	45,5%	37,9%	37,8%	38,0%	50,1%	48,0%	51,9%	44,2%
		846	560	4.323	3.051	1.004	1.189	1.959	1.549	1.860	1.455

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

Em sequência, a dimensão Autogestão foi analisada através de três variáveis e seis indicadores (Quadro 3). A primeira variável diz respeito à origem da matéria-prima ou insumo. Entre os resultados encontrados percebeu-se uma queda no número de associados e EES que forneceram matéria-prima para outros empreendimentos sociais. Todavia, houveram algumas exceções, como a Região Norte, que obteve um aumento percentual positivo nos dois indicadores e a Região Sudeste que apresentou uma variação positiva de 5,2% em relação à aquisição de matéria-prima de outros EES. Tais resultados podem demonstrar uma ineficiência desse tipo de empreendimento, uma vez que, os EES não estariam conseguindo suprir a demanda por insumos, ou demonstram, mais uma vez, uma falta de coletivismo, baixa capacidade de formar e operar em redes. Esse resultado mostra que os EES recorrem ao mercado convencional deixando de fortalecer a economia solidária.

Em contrapartida, em relação às instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos, percebeu-se um aumento percentual de empreendimentos que a coordenação é realizada através de assembleias ou reuniões do coletivo com os sócios, destacando-se a Região Sudeste com variação igual a 19,9% entre os anos analisados (Quadro 3). Além do mais, notou-se que tal indicador possuiu os maiores percentuais da dimensão Autogestão. Todavia, em relação às instâncias de direção e coordenação através de diretoria/conselho diretor/coordenação e conselho administrativo, somente a Região Sudeste teve uma variação positiva. Por fim, em se tratando das formas de participação de sócio(as) nas decisões por meio de plano de trabalho definido em assembleia, notou-se, mais uma vez, um destaque para a Região Sudeste, dado que, conforme Quadro 03, além da região ter obtido o maior percentual em todos os anos analisados nesse indicador, ela obteve uma variação positiva de 15,1% entre 2007 e 2013. Pode-se observar que os EES estão amadurecendo no que tange a busca de um sistema coletivista de produção e um modelo econômico oposto ao modelo administrativo baseado em dominação e exploração (Faria, 2017, Lima *et al.*, 2015).

**Quadro 3.** Dimensão Autogestão

DIMENSÃO AUTOGESTÃO											
Var.	Indicadores	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
V3	Aquisição dos próprios Associados(as)	29,9%	21,8%	33,6%	24,2%	29,3%	36,6%	16,7%	13,5%	25,1%	22,7%
		660	440	3.196	1.947	777	1.144	654	436	900	746
	Aquisição de outros EES	5,0%	4,1%	5,2%	2,5%	6,9%	8,7%	4,2%	9,4%	9,6%	5,4%
		111	83	491	199	183	273	163	302	344	177
V4	Assembleia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios/as	71,9%	81,7%	81,2%	87,1%	76,4%	81,4%	67,4%	87,3%	76,6%	76,6%
		1589	1651	7712	7002	2029	2545	2637	2817	2746	2521
	Diretoria/conselho diretor/coordenação	56,1%	47,6%	67,5%	66,5%	58,9%	52,2%	51,3%	63,0%	57,9%	53,9%
		1240	961	6409	5347	1565	1633	2008	2034	2076	1776
	Conselho Administrativo	21,0%	13,6%	16,0%	11,1%	16,6%	14,7%	17,3%	19,6%	24,9%	18,1%
		464	275	1516	893	440	460	677	632	892	596
V5	Plano de trabalho definido em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios/as	41,9%	55,8%	39,4%	42,3%	37,2%	52,5%	47,2%	62,3%	42,6%	55%
		925	1128	3744	3401	987	1641	1847	2010	1526	1810

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

A dimensão Valor Econômico foi analisada através de duas variáveis e nove indicadores (Quadro 4). Em relação à primeira variável, percebeu-se uma diminuição percentual na venda direta ao consumidor final (média equivalente a -22,5%) com maior declínio na Região Sudeste (variação igual a -32,4%). Em relação a venda e troca com outros EES, houveram pequenas

variações percentuais na maioria das regiões brasileiras. As médias percentuais da quantidade de venda e troca a outros EES foram 0,4% e -2,2%, respectivamente. Em relação a venda a outros EES, a Região Sudeste e a Região Norte foram as únicas que obtiveram variações positivas, com resultado igual a 6,1% e 0,9%, respectivamente.

Todavia, em se tratando da troca com outros EES, somente a Região Sudeste possuiu variação positiva com resultado igual a 0,1%. Além do mais, analisando a quantidade de EES que atuam no mercado/comércio nacional, notou-se uma diminuição em todas as regiões. A quantidade de empreendimentos que possuem lojas ou espaços próprios, percebeu-se o mesmo cenário do indicador anterior. Entretanto, a Região Norte foi a única que permaneceu com praticamente o mesmo percentual de EES que atuam no mercado/comércio nacional e obteve o maior percentual de EES com lojas ou espaços próprio em 2013.

Os resultados das demais regiões relativas à quantidade de EES que possuem lojas ou espaços próprios variaram entre -7,5% (Região Sudeste) a -13% (Região Sul). Tal resultado pode ser explicado pela realidade socioeconômica brasileira. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE) (2018), houve uma recessão no número de empresas abertas no período de 2009 a 2013.

Ademais, a segunda variável da dimensão Valor Econômico diz respeito aos investimentos realizados, acesso a crédito e remuneração dos sócios. Em primeiro lugar, conforme a Quadro 4, não existem muitos empreendimentos que fazem reservas para realizar investimento futuros, contudo, percebeu-se uma evolução entre os anos analisados. Esse resultado mostra um aumento na preocupação dos empreendedores em se preparem para competir no mercado e um certo planejamento para o futuro da organização. Apesar disso, nos últimos 12 meses a maioria dos empreendimentos não realizaram nenhum investimento nem tão pouco tiveram acesso à crédito ou financiamento. Tal retrocesso foi presente em todas as regiões, sendo a Região Centro-oeste a que obteve a maior variação percentual negativa (-8,9% e -7,1%) e a Região Sul a que alcançou a menor variação percentual em relação ao investimento nos últimos 12 meses (-3,4%).

Esse cenário seria alterado caso o crédito ou financiamento fosse concedido às organizações. De acordo com os dados, as regiões Norte, Centro-oeste e Nordeste tiveram o maior percentual de empreendimentos solicitantes de créditos ou financiamentos sem sucesso no ano de 2013, com resultado igual a 17,4%; 15,7% e 14,2%, respectivamente. Estes dados demonstram que o acesso à crédito e financiamento foram mais obtidos por empreendedores que estão em regiões de maior desenvolvimento econômico. Porém, uma vez que, o

financiamento apropriado resulta em um crescimento sustentável (Eid Júnior, 2017) seria preferível alocar recursos para regiões brasileiras que ainda estão em desenvolvimento.

Por fim, o resultado do último indicador da dimensão Valor Econômico, mostra que em toda as regiões brasileiras a quantidade de ESS que estavam conseguindo remunerar os sócios que trabalhavam no empreendimento vem diminuindo drasticamente, com maior destaque para a Região Sudeste (variação = -32,7%). Isto demonstra uma perda de rentabilidade no setor, e que compromete a qualidade de vida do empreendedor, visto que esta foi uma opção para o desemprego, conforme apontou os indicadores da primeira dimensão analisada (Quadro 1).

**Quadro 4.** Dimensão Valor Econômico

DIMENSÃO VALOR ECONÔMICO											
Var.	Indicadores	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
V6	Venda direta ao consumidor	68,6%	48,6%	65,9%	40,3%	74,8%	63,2%	78,6%	46,1%	68,5%	45,7%
		1.517	982	6.260	3.239	1.987	1.975	3.073	1.489	2.455	1.504
	Venda a outros EES	5,7%	4,2%	3,2%	2,2%	5,3%	6,2%	4,2%	10,3%	8,2%	5,7%
		127	85	305	179	141	194	164	332	294	186
	Troca com outros EES	5,7%	1,7%	2,1%	0,8%	4,8%	2,9%	4,7%	4,8%	6,4%	2,2%
		125	34	198	67	127	91	182	155	229	74
	Mercado/comércio nacional	6,7%	3,2%	6,1%	3,2%	5,9%	5,4%	7,3%	4,8%	8,6%	5,2%
		147	64	575	260	158	168	284	155	309	170
	Lojas ou espaços próprios	21,8%	13,7%	19,1%	9,9%	25,6%	25,5%	31%	23,5%	30,5%	17,5%
		481	277	1812	798	679	798	12111	760	1093	575
V7	Fundo/reserva para realizar investimento	11,4%	14,3%	14,9%	21,1%	17,1%	21,6%	11,4%	17,1%	18,8%	29,8%
		253	290	1419	1694	454	676	447	553	673	981
	Realizados investimentos nos últimos 12 meses	34,2%	25,3%	35,4%	28,1%	40,6%	31,9%	44,1%	37,7%	45,1%	41,7%
		755	511	3.367	2.260	1.079	998	1.724	1.217	1.616	1.373
	Teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses	13,1%	5,9%	18,2%	12,9%	17,6%	13,0%	9,6%	6,6%	16,7%	12,5%
		289	120	1.727	1.036	467	408	376	212	599	413
	Está conseguindo remunerar os sócios que trabalham no empreendimento	56,2%	43,1%	49,1%	33,8%	50,4%	43,2%	72,1%	39,4%	60,2%	40,2%
		1.242	872	4.660	2.716	1.339	1.351	2.821	1.272	2.158	1.323

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

Em sequência, o conceito de ES está intimamente relacionado com satisfazer as necessidades básicas da sociedade, portanto, criar valor social (Coley, 2015). Dessa forma, a participação ou o desenvolvimento de alguma ação social ou comunitária e a relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais podem ser vistos como caminhos para se alcançar tais objetivos. Com intuito de analisar a dimensão Valor social, foram selecionados

uma variável e dois indicadores que estão mencionados na Quadro 5. O primeiro indicador da dimensão se relaciona com a participação em ações sociais ou comunitárias e percebeu-se um declínio em todas as regiões, principalmente na Região Sul (-16,7%) e Região Centro-oeste (-15,5%). Este resultado está alinhado com os achados das dimensões anteriores que indicaram um perfil de empreendedor social com baixa visão de coletividade e baixa participação em redes.

Apesar disso, as regiões Sul e Centro-oeste tiveram os maiores percentuais de EES que pagaram suas despesas e ainda tiveram sobra. Com resultado igual a 52,2% e 38%, respectivamente. Além do mais, conforme os resultados do segundo indicador, notou-se que as regiões Centro-oeste, Sudeste e Nordeste tiveram um pequeno aumento percentual entre os anos analisados, sendo a Região Nordeste a possuidora da maior quantidade de EES que possuem relação ou participam de movimentos sociais, populares ou sindicais. Talvez, tal resultado se relacione com a motivação da criação dos empreendimentos, uma vez que, o Nordeste em 2013 foi a região que possuiu o maior percentual de EES que a sua motivação para a criação do empreendimento foi o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades.

**Quadro 5. Dimensão Valor Social**

DIMENSÃO VALOR SOCIAL											
Var.	Indicadores	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
V8	Participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária	56,5%	41%	57,7%	48,5%	57,3%	46,7%	55,2%	49,7%	56,3%	39,6%
		1.248	829	5.478	3.897	1.521	1.459	2.160	1.603	2.016	1.303
V8	Relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais	52,4%	57%	64,3%	66,8%	60,0%	59,7%	46,1%	49,5%	54,4%	41,3%
		1.158	1.159	6.110	5.371	1.594	1.868	1.802	1.598	1.949	1.361

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

Por fim, a dimensão Desenvolvimento Sustentável, conforme indicado por Sousa *et al.* (2011), focam nas questões ambientais e foi analisada através de duas variáveis e quatro indicadores (Quadro 6). Em relação a primeira variável, percebeu-se uma diminuição percentual generalizada nos dois indicadores que a compõe. Além do mais, em relação ao percentual de EES que fazem algum tipo de tratamento dos resíduos gerados antes de eliminar obteve a menor média de todas as dimensões analisadas no presente trabalho. Em sequência, na segunda variável, a produção ou oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos também ocorreu uma queda no resultado percentual, com destaque para a Região Norte e Nordeste. Contudo, o percentual de EES que optam por preços dos produtos e/ou serviços que facilitem

o acesso aos consumidores(as) além de possuir percentuais elevados (variando entre 31,1% a 57,6%), percebeu-se uma evolução em todas as regiões brasileiras, com destaque para a Região Norte, onde houve a maior evolução positiva entre 2007 a 2013. Estes achados são preocupantes, espera-se uma relação direta entre o ES e a sustentabilidade, a qual inclui o econômico, o social e o ambiental gerando o desenvolvimento sustentável (Youssefc, Boubakerb & Omria, 2017).

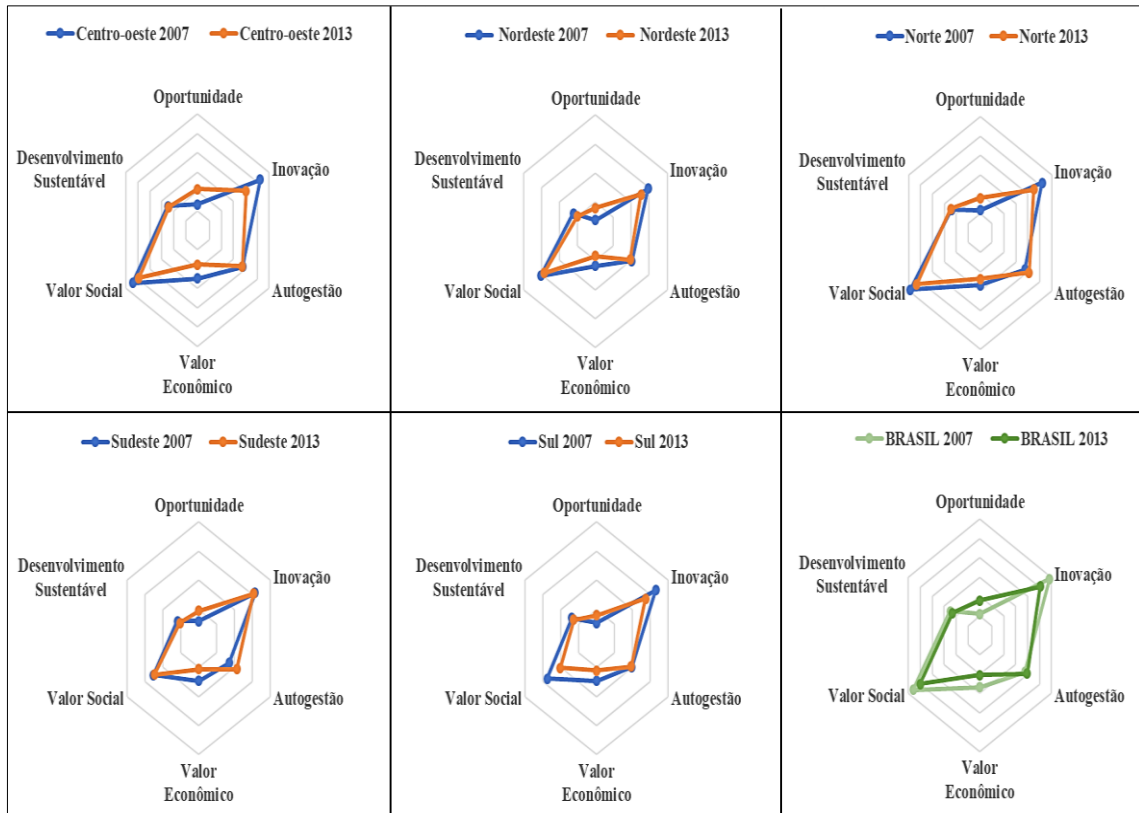
**Quadro 6.** Dimensão Desenvolvimento Sustentável

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL											
Var.	Indicadores	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
V9	Faz algum tipo de tratamento dos resíduos gerados antes de eliminar	1,7%	0,5%	2,9%	0,6%	1,8%	1,2%	1,2%	1,6%	6,2%	2,0%
		37	10	279	48	47	38	48	51	223	66
	Reaproveitamento dos resíduos no empreendimento	31,0%	21,3%	33,8%	26,4%	25,7%	22,2%	34,9%	26,5%	32,9%	27,9%
		685	431	3.207	2.125	683	695	1.366	857	1.180	918
V10	Produção ou oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos	26,3%	17,5%	30,4%	16,1%	32,1%	17,5%	19,4%	8,3%	29,6%	21,2%
		581	354	2.892	1.297	853	548	758	268	1.060	698
	Preços dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos consumidores(as)	40,7%	56,8%	31,1%	38,6%	36,6%	57,6%	39,7%	47,8%	42,5%	51,0%
		900	1.147	2.958	3.105	971	1.801	1.553	1.544	1.522	1.680

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

Por fim, a Figura 3 mostra visualmente a situação geral brasileira e sua evolução entre 2007 e 2013. Nesse gráfico, pode-se observar que as dimensões Valor social e Inovação são as que possuem maiores médias percentuais, porém, ambas tiveram uma redução percentual entre os anos analisados. Em contrapartida, a dimensão Oportunidade foi a que obteve a menor média percentual tanto em 2007 (11,1%), quanto em 2013 (18,1%), porém, percebe-se que tal dimensão possuiu a maior evolução positiva entre os anos analisados (7%).

Ademais, observa-se que entre 2007 e 2013 o cenário brasileiro de ES nos EES sofreram uma retração em quase todas as dimensões analisadas. Dado que, a média de todas as dimensões no ano de 2007 e 2013 foram, 35,9% e 33,6%, respectivamente (Figura 3). Além do mais, das seis dimensões, somente as dimensões Oportunidade e Autogestão obtiveram uma evolução positiva entre os anos analisados. As demais, tiveram uma variação percentual entre -1,95% (Desenvolvimento Sustentável) e -7,9% (Inovação).

**Figura 3.** Radar Brasileiro do EES

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do banco de dados do SIES/SENAES

Por fim, pode-se averiguar semelhanças nos gráficos relativos a cada região brasileira (Figura 3). Dessa forma, os EES se comportaram relativamente homogêneos entre os anos analisados nas diferentes regiões brasileiras.

## 5 Conclusões

A análise gerou uma radiografia do ES brasileiro por região nos EES, visto que objetivava analisar as dimensões relacionadas ao empreendedorismo social frente aos diferentes contextos econômico-sociais do país. Esta análise foi baseada na proposta de Sousa *et al.* (2011), no qual considerou variáveis relacionadas a oportunidades, inovação, autogestão, valor econômico, valor social, e desenvolvimento sustentável.

Das seis dimensões, quatro tiveram retração neste período de cinco anos, Inovação, Valor econômico, Valor social e Desenvolvimento sustentável, e somente duas apresentaram um crescimento, Autogestão e Oportunidades. O pior *score* foi relacionado a Inovação (-7,9%). No entanto, cabe destacar que o Valor social também apresentou *score* negativo de (-6%), sendo isto, uma discrepância, visto que esta categoria é a pedra angular desta modalidade econômica



(Sousa *et al.*, 2011; Coley, 2015). O número negativo indica que se reduziu a geração do valor social para a comunidade, e, portanto, também trouxe reflexos negativos sobre a dimensão Desenvolvimento sustentável (-1,9). No entanto, vale salientar que o modelo utilizado intitula a sexta dimensão como Desenvolvimento sustentável, porém os indicadores selecionados pelos autores estão mais relacionados com o valor ambiental gerado pelos empreendimentos (apenas um dos pilares da sustentabilidade). Desta forma, sugere-se que a sexta dimensão seja intitulada por Valor ambiental, uma vez que, os pilares do valor social e econômico já estão inseridos no modelo. Portanto, o modelo final fica composto de duas grandes categorias. A primeira refere-se à ação de empreender, incluindo as dimensões: Oportunidades, Inovação e Autogestão. E a segunda, relaciona-se aos benefícios para a sociedade e para o empreendedor. Com isso, fica composta de três dimensões que refletem o *triple bottom line*, sendo, portanto: Valor Econômico, Valor Social e Valor Ambiental.

Em sequência, este resultado negativo nas quatro dimensões se relaciona, dado que, a inovação é o ponto chave para que o empreendimento sobreviva e implemente novas ideias para abordar problemas sociais existentes (Dwivedia & Weerawardena, 2018; Bergamini *et al.*, 2017). Como salientam Oliveira *et al.* (2018), a inovação social transforma estruturas provocando mudanças em benefício da comunidade pela satisfação de suas necessidades, portanto, o valor social, o valor econômico e o desenvolvimento sustentável ficam atrelados a inovação.

A criação de valor social representa em última instância a satisfação de uma necessidade da sociedade (Muralidharan & Pathak, 2018). Quando juntamos isto a concepção de valor econômico, busca-se a criação de negócios sociais que remunerem seus empreendedores (De Souza, Gandolfi & Gandolfi, 2015). Todavia, os resultados mostraram retração em ambos no período analisado, indicando uma incapacidade no país de gerar e manter negócios híbridos.

Contudo, uma das dimensões que apresentou melhoria, foi a Oportunidades. Dessa forma, está faltando condições para gerar e manter os empreendimentos sociais, mas existe um nicho de mercado para seu desenvolvimento. A outra dimensão com leves melhoras foi a Autogestão que está mais relacionada nos estudos com a economia solidária e foca na ruptura com o modelo tradicional de trabalho (Coley, 2015). O resultado desta análise no cenário brasileiro indicou que as relações coletivistas de trabalho estão ganhando um espaço protagonizadas por este modelo produtivo baseado no ES.

No geral, o maior problema em todas as regiões é a falta de acesso a financiamentos, a falta de tratamento dos resíduos gerados e a falta de parcerias de troca, compra e venda estabelecidas entre os próprios EES. Portanto, ainda que tenham razoável acesso a capacitação,

estão deixando de fortalecer o sistema, e são pouco sustentáveis, com baixa preocupação ambiental.

Diante dos resultados desta pesquisa, pode-se considerar que nos EES brasileiros prevalece a perspectiva do valor social sob a perspectiva norteada para o valor econômico e desenvolvimento sustentável, dado que o equilíbrio proposto pelo *triple bottom line* (Arasti *et al.*, 2015), não se concretiza. Além disso, tais empreendimentos possuem características inerentes à escola dos Países em desenvolvimento (Machado *et al.*, 2017), uma vez que, percebeu-se, uma tendência em os empreendedores iniciarem suas atividades motivados pelo desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades, e pela alternativa ao desemprego.

Em conclusão, os números mostraram que houve uma redução na maioria dos indicadores analisados, retratando uma preocupação com esse tipo de empreendimento. Porquanto, em uma sociedade respaldada em negócios sociais, haveria mais equidade entre as pessoas, economias mais justas e menos injustiças sociais. Desse modo, problemas difíceis de ser solucionados, poderiam ser resolvidos por meio de mudanças na mentalidade dos gestores e empreendedores e os seus respectivos modelos de negócios (Singh, & Inbanathan, 2018). Com isso, melhor seria que esses empreendimentos fossem fortalecidos com o passar dos anos e não o contrário, como os resultados desta pesquisa mostram que está ocorrendo no Brasil.

Esta pesquisa teve como principal limitação a falta de dados atualizados sobre os EES. A inexistência de estatísticas nacionais e regionais é um problema em muitos países, e torna-se ainda mais expressivo no Brasil devido a extensão do território nacional para que o pesquisador acadêmico realize pesquisas de campo na tentativa de suprir este déficit de informações. Frente a isto, como pesquisa futura, se sugere trabalhar com um processo de amostragem, porém que permite inferir resultados sobre o universo pesquisado, atualizando a análise até o presente. Isto, permitiria monitorar a evolução dos indicadores a fim de identificar os principais problemas no contexto do ES, de forma a propiciar subsídios para o estabelecimento de planos governamentais para o fortalecimento do setor.

Por fim, ainda que os dados não tenham a atualização até o presente momento, este estudo acadêmico permitiu identificar pontos que as universidades, enquanto centros de empreendedorismo, devem atuar para a minimização das deficiências apontadas no perfil dos EES e para a consolidação deste sistema produtivo, de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões que estão inseridas.

### **Agradecimento:**

Agradecemos ao Ministério da Cidadania, representado pelo Diretor de inclusão produtiva da Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana (SENISP), pelo envio do CD com os dados referentes à Base de dados SIES 2013 e 2007.

### **Referências**

- Arasti, Z., Zarei, H. & Didehvar, F. (2015). Identifying the evaluative indicators of regulatory policies for the development of social entrepreneurship. *Public Organization Review*, 15(3), 453–474.
- Ashoka. *What is a social Entrepreneur?*. Recuperado em 4 outubro, 2018, de [https://www.ashoka.org/social\\_entrepreneur](https://www.ashoka.org/social_entrepreneur).
- Benaviddes, L. E. B., Paredes, H. A. L., Paredes, M. V. L., & Franco, G. G. (2018). La precarización salarial en la actividad agrícola y su incidencia en la política de economía popular y solidaria en el Ecuador. *Economía*, 41(81), 47-67.
- Bergamini, T. P., Navarro, C. L.-C., & Hilliard, I. (2017). Is Crowdfunding an appropriate financial model for social entrepreneurs. *Academy of Entrepreneurship Journal*, 23(1), 44-57.
- Casaqui, V., & Sinato, A. (2015). Empreendedorismo social em perspectiva global: bem comum, trabalho e engajamento na retórica do capitalismo contemporâneo. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPTIC)*, 17(1), 185-198.
- Chandra, Y. (2018). Mapping the evolution of entrepreneurship as a field of research (1990–2013): A scientometric analysis. *PloS one*, 13(1), 1-24.
- Coley, V. M. (2015). Aprendizagem organizacional e empreendedorismo social na atual configuração do mundo do trabalho. *Revista Guillermo de Ockham*, 13(1), 67-78.
- Correia, S. E. N., Oliveira, V., & Gomez, C. R. P. (2016). Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 102-133.
- Davidsson, P. (2015). Entrepreneurial opportunities and the entrepreneurship nexus: A reconceptualization. *Journal of Business Venturing*, 30(5), 674–695.
- Dees, J. G. (1998). *The meaning of “social entrepreneurship.”*. Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Fuqua School of Business, Duke University.
- Dwivedi, A., & Weerawardena, J. (2018). Conceptualizing and operationalizing the social entrepreneurship construct. *Journal of Business Research*, 86, 32-40.
- Eid Júnior, W. (2017). A importância dos fundos de investimento no financiamento do governo. *FGV EAESP*, 1, 1-12.
- Faria, J. H. de (2017). Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(3), 629-650.
- Ferreira, M. P. V., Pinto, C. F., & Miranda, R. M. (2015). Três décadas de pesquisa em empreendedorismo: uma revisão dos principais periódicos internacionais de

- empreendedorismo. REAd. *Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 21(2), 406-436.
- García, G. F., & Frantzeskaki, M. (2017). La economía social y solidaria en Grecia. REVESCO: Revista de estudios cooperativos, (125), 49-88.
- GEM, Global Entrepreneurship Monitor. (2017). *Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo*. Curitiba: Sebrae.
- González, M. F. (2013). *Opportunity Discovery and Creation in Social Entrepreneurship: An Exploratory Study in Mexico* (Doctoral dissertation, Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey Campus Ciudad de México).
- González, M. F., Husted, B. W., & Aigner, D. J. (2017). Opportunity discovery and creation in social entrepreneurship: An exploratory study in Mexico. *Journal of Business Research*, 81, 212-220.
- Herrington, M., & Kew, P. (2016). *South African Report 2015/2016: Is South Africa heading for an economic meltdown?*. Cape Town: Development Unit for New Enterprise, University of Cape Town.
- Hussain, N., Rigoni, U., & Orij, R. P. (2018). Corporate governance and sustainability performance: Analysis of triple bottom line performance. *Journal of Business Ethics*, 149(2), 411-432.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). (2016) *Pesquisa mensal de emprego: um retrato do mercado de trabalho*. Recuperado em 17 maio, 2019, de <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024954801102016481128904912.pdf>.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). (2018). Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2016. Recuperado em 20 maio, 2019, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/22710-demografia-das-empresas-e-empreendedorismo-2016-taxa-de-entrada-fica-em-14-5-e-e-a-menor-desde-2008>.
- Kostetska, I., & Berezyak, I. (2014). Social entrepreneurship as an innovative solution mechanism of social problems of society. *Management Theory and Studies for Rural Business and Infrastructure Development*, 36(3), 569-577.
- Lima, C. R. M. de, Maia, M. R., & De Menezes, V. S. (2015). Fábricas recuperadas: uma abordagem discursiva e pragmática da autogestão. *Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura*, 17(1), 142-160.
- Machado, M. C. R., Lenzi, F. C., & Verdu, C. P. (2017). *Empreendedorismo Social: fronteiras teóricas das escolas*. XX SemeAd: Seminários em Administração. 1-16.
- Machín, O. L., Alemán, J. L. A., & Rodríguez, C. A. R. (2017). Enfoques sobre la economía social y solidaria. *Cooperativismo y Desarrollo: COODES*, 5(2), 137-146.
- Martin, R. J., & Osberg, S. (2007). *Social entrepreneurship: The case for a definition*. Stanford Social Innovation Review, Spring, 29 –39.
- Molina, J. L., Valenzuela-García, H., Lubbers, M. J., Escribano, P., & Lobato, M. M. (2018). “The Cowl Does Make The Monk”: Understanding the Emergence of Social Entrepreneurship

- in Times of Downturn. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 29(4), 725-739.
- Muralidharan, E., & Pathak, S. (2018). Sustainability, transformational leadership, and social entrepreneurship. *Sustainability*, 10(2), 567.
- Olinsson, S. B. (2017). Social Entrepreneurship-Committing Theory to Practice. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(2), 225-247.
- Oliveira, V. M. de, Correia, S. E. N., & Gomez, C. R. P. (2018). Inovações Sociais como Meio de Promoção do Consumo Sustentável: Possibilidades e Desafios. *Desenvolvimento em Questão*, 16(44), 383-416.
- Parente, C., Costa, D., Santos, M., & Amador, C. (2013). Empreendedorismo social: Dos conceitos às escolas de fundamentação. As configurações de um conceito em construção. *Work in Progress in Empreendedorismo social em Portugal: As políticas, organizações e as práticas de educação/formação*. Acedido em novembro 25, 2018, e em <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produos/category/11-artigos>.
- Saguier, M., & Brent, Z. (2017). Social and solidarity economy in South American regional governance. *Global Social Policy*, 17(3), 259-278.
- Santos, F. M. (2012). A positive theory of social entrepreneurship. *Journal of business ethics*, 111(3), 335-351.
- Sassmannshausen, S. P., & Volkmann, C. (2013). *A bibliometric based review on social entrepreneurship and its establishment as a field of research*. Germany: Schumpeter School of Business and Economics, Wuppertal University.
- Schumpeter, J. A. (1943). *Capitalism, socialism and democracy*. London: Routledge.
- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of management review*, 25(1), 217-226.
- Singh, N., & Inbanathan, A. (2018). Social Entrepreneurship: A Business Model for Sustainable Development. *Marchang Reimeingami*. 1-17.
- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Brasília: MTE/SENAES. Acedido em maio 15, 2019, e em <http://sies.ecosol.org.br/sies>.
- Sousa, E. G. de, Gandolfi, P. E., & Gandolfi, M. R. C. (2011). Empreendedorismo social no Brasil: um fenômeno de inovação e desenvolvimento local. *Dimensión empresarial*, 9(2), 22-34.
- Tavares, L. F., & Rodrigues, M. S. (2015). O SEBRAE e o fortalecimento do discurso do empreendedorismo no Brasil: uma análise a partir do relatório Global Entrepreneurship Monitor (GEM). *SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 19(1), 47-56.
- Weaver, R. L. (2018). Re-Conceptualizing Social Value: Applying the Capability Approach in Social Enterprise Research. *Journal of Social Entrepreneurship*, 9(2), 79-93.
- Zahra, S. A., & Wright, M. (2016). Understanding the social role of entrepreneurship. *Journal of Management Studies*, 53(4), 610-629.